

## QUANDO MEMÓRIA E ESPAÇO SE ABRAÇAM: HISTÓRIA PÚBLICA E PRÁTICAS PARTICIPATIVAS DE MEMÓRIA NA PERIFERIA URBANA

<https://doi.org/10.22228/rtf.v17i2.1396>



### Ricardo Santhiago



Universidade Federal de São Paulo



<https://orcid.org/0000-0001-5318-5801>



Email: [ricardo.santhiago@unifesp.br](mailto:ricardo.santhiago@unifesp.br)

### Livia Morais Garcia Lima



Universidade Estadual Paulista (Unesp) é



<https://orcid.org/0000-0001-9962-7820>



Email: [livia.m.lima@unesp.br](mailto:livia.m.lima@unesp.br)

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo discutir as aproximações entre a história pública e práticas participativas de memória em contextos urbanos periféricos. A partir da análise dos casos da criação do CPDOC São Miguel e de entrevistas com as Guardiãs do Território do Jardim Lapenna, a pesquisa destaca o potencial da participação em trabalhos de memória analógicos. Destacamos, antes, a história oral e a participação comunitária de pesquisadores sociais como elementos centrais na preservação da memória local, que pode ser importante e transformadora para suas comunidades de referência.

**Palavras-chave:** História pública; trabalho de memória; movimentos sociais

**Abstract:** This article aims to discuss the similarities between public history and participatory memory practices in peripheral urban contexts. Based on the analysis of the cases of the creation of CPDOC São Miguel and interviews with the Guardians of the Jardim Lapenna Territory, the research highlights the potential of participation in analogue memory works. Rather, we highlight oral history and the community participation of social researchers as central elements in the preservation of local memory, which can be important and transformative for their reference communities.

**Keywords:** Public history; memory work; social movements

## 1- Memória: participativa e analógica

No ano de 2020, uma rede de investigação financiada por um programa de pesquisa e inovação da União Europeia buscou cunhar um termo sob o bonito acrônimo POEM: *Participatory Memory Practices* – ou, práticas participativas de memória. A apresentação do projeto baseia-se em algumas linhas de reflexão e em propostas estimulantes: diagnostica-se o surgimento de novas “ecologias de memória” em sociedades midiaticizadas e globalizadas; porém, ressurte-se que esta transformação não tenha se convertido imediatamente em uma “virada participativa no trabalho de memória”, que seria, então, difícil de se implementar.<sup>1</sup>

O mesmo projeto descreve “trabalho de memória participativo” (TMP) como

um quadro para o exame das estratégias e das práticas de instituições de memória pública – bibliotecas, arquivos e museus – assim como de indivíduos e grupos em sua vida cotidiana. TMP significa incluir memórias diversas, com suas situações sociais (gênero, status socioeconômico, educação, migração, etc.), no trabalho de memória pública.<sup>2</sup>

A emergência desta rede de investigação e do conceito que ela propõe interessam menos pelos seus resultados, ainda por ser conhecidos<sup>3</sup>, do que pela concordância irrecorrível com o fundamento de que não apenas a memória, como processo neurobiológico e social, são dinâmicas – mas de que esse dinamismo estende-se também para abordagens, metodologias, conceituações envolvendo esse objeto complexo. “Ecologias da memória, assim, são ecologias de movimento”.<sup>4</sup>

O outro elemento interessante de discussão suscitado pelo surgimento dessa rede diz respeito ao influxo dos recursos digitais sobre a dimensão, a premência e as possibilidades mesmas de realização de trabalho de memória participativo. Neste caso, trata-se de mais um elemento observável em escala global: as conexões tecnológicas e a própria natureza participativa e multimodal da cultura digital favorecem a configuração do trabalho de memória como uma atividade plural em termos de sujeitos e instituições participantes, de processos e de resultados.

No entanto, lembra Emily Keightley em sua reflexão sobre as tecnologias da lembrança em contexto pós-colonial, “tecnologia” e “digital” não são sinônimos, assim como

---

<sup>1</sup> Project Outline Horizon 2020 POEM. Disponível em: <https://www.poem-horizon.eu/project-outline/>. Acesso em 13 set. 2024.

<sup>2</sup> Project Outline Horizon 2020 POEM. Disponível em: <https://www.poem-horizon.eu/project-outline/>. Acesso em 13 set. 2024.

<sup>3</sup> Os resultados do projeto serão divulgados a partir de 2025, sobretudo em uma série de livros de mesmo nome, encampada pela editora anglo-saxônica Routledge.

<sup>4</sup> Hoskins, Andrew. Memory Ecologies. *Memory Studies*, v. 9, n. 3, p. 348-57, 2016.

“tecnologias digitais” e “tecnologias de memória” não o são<sup>5</sup>. Keightley clama pela recuperação de uma abordagem que descentre o primado do digital como condição central ou necessária para o trabalho de memória; este, diz a autora, não deve ser subordinado àquele. Explorar tecnologias “não somente como artefatos, mas como habilidades, ofícios e artes geradoras de conhecimento”, continua ela,

tem o potencial de diversificar radicalmente o que é considerado uma tecnologia de memória e de se afastar das presunções de primazia empírica e analítica das tecnologias digitais, posicionando-as como parte de um conjunto mais complexo de tecnologias por meio das quais a rememoração ocorre.<sup>6</sup>

São palavras cautelosas e acertadas. A cultura digital e suas ferramentas constituem meio, mas não condição, para o desenvolvimento de trabalhos de memória participativa – e é isso o que este artigo, valendo-se de estudos envolvendo práticas de memória territorialmente circunscritas em um corte temporal restrito, mas longitudinal, também demonstra. Qualificando tais práticas como resultados de ações historiadoras – ou “atitudes historiadoras”, no conceito central para a reflexão contemporânea sobre história pública no Brasil”<sup>7</sup> –, busca-se evidenciar como determinadas práticas culturais no espaço contribuíram para o florescimento de uma cena de memória urbana, constituída em torno da ação temporária de uma instituição.

São três ordens investigadas: a criação de um centro de memória efêmero no bairro de São Miguel Paulista, em São Paulo, nos anos 2000, capitaneada por uma fundação com fins de interesse público e social; um projeto de história oral e memória que angariou forte envolvimento desta mesma comunidade, ainda que no contexto da pandemia da Covid-19; e os enraizamentos e capilarizações institucionais atuais daquele centro, em uma universidade pública. De fato, esses casos não apenas exibem a plena viabilidade de práticas analógicas de memória participativa como também demonstram forte afinidade com o histórico de envolvimento da sociedade civil (e diferentes atores, incluindo organizações não governamentais e movimentos sociais) no Brasil na gestão de sua própria memória, no pós-redemocratização.

Desde os anos 1980, afinal, houve uma expansão real do fenômeno de criação de centros de documentação e memória – dentre outras denominações – por parte de organizações posicionadas fora do escopo governamental. Sindicatos, empresas, associações

---

<sup>5</sup> Keightley, Emily. Rethinking Technologies of Remembering for a Postcolonial World. *Memory, Mind & Media*, v. 1, n. 17, p. 1-15, 2022.

<sup>6</sup> Keightley, Emily. Rethinking Technologies of Remembering for a Postcolonial World. *Memory, Mind & Media*, v. 1, n. 17, p. 1-15, 2022.

<sup>7</sup> Mauad, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). *Historia Crítica*, n. 68, pp. 27-45, 2018.

de bairro, igrejas e pastorais, partidos políticos, escolas, universidades, responderam por um enorme (mas dificilmente dimensionável) crescimento de ações arquivísticas e de documentação. Porém, a despeito de seu enorme interesse público e intelectual, muitos acabaram desaparecendo e não tiveram seus patrimônios documentais incorporados por outras instituições; em alguns casos, estes nem mesmo vieram a integrar repertórios públicos. Foram assinalados por uma efemeridade não intencional, que também marca a experiência da primeira ordem que iremos investigar.

## **2- Um centro de memória efêmero**

É a partir do complexo e polivalente bairro periférico de São Miguel Paulista que florescem as ações de memória e história pública aqui observadas. Trata-se de um bairro da Zona Leste paulistana, na divisa com o município de Guarulhos e com os bairros de Guaianases e Itaquera, historicamente assinalado pela pobreza e pela presença de classes populares, qualidades ainda persistentes. Sua criação remonta a 1622, quando foi inaugurada a Capela de São Miguel Arcanjo, tombada pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1938.<sup>8</sup>

Nos anos 1930, com a criação de um complexo industrial gigantesco que teve como epicentro trabalhista e simbólico a Companhia Nitro Química Brasileira<sup>9</sup>, criada em 1936, o bairro passou por um processo de urbanização marcado por forte imigração de trabalhadores vindos dos estados do Nordeste. Além de articulações propriamente culturais – com a criação de festas, eventos esportivos e grupos musicais –, os novos moradores fizeram do bairro um polo de articulação operária por direitos trabalhistas, representada na criação do Sindicato dos Químicos e nas manifestações grevistas contra a ingerência patronal no sindicato.

Em razão do complexo industrial instalado nas redondezas (que, além da Nitro Química, incluiu a Celosul – Fábrica de Papel Celofane, no bairro vizinho de Ermelino Matarazzo), muitos indivíduos e grupos procuraram se instalar na região, em busca de oportunidades de emprego em razão das fábricas ou das oportunidades de consumo e serviço secundários. Com a chegada de novos moradores em profusão, sem o desenvolvimento infraestrutural (sobretudo de moradia e transporte) necessário, o bairro

---

<sup>8</sup> Existem inúmeros estudos sobre a Capela de São Miguel Arcanjo, nos campos dos estudos históricos, patrimoniais e turísticos. Entre eles, ver: Montanari, 2019.

<sup>9</sup> A respeito da Nitro Química, entre diversos estudos, ver aqueles de Paulo Fontes, particularmente seu livro *Um Nordeste em São Paulo* (2008). Ver também o verbete de Fontes sobre a empresa para o projeto “Lugares de Memória dos Trabalhadores” (Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho, 2021).

teve evidenciadas carências sociais e urbanísticas que permaneceram no imaginário popular. Décadas depois, nos anos 1990, Lucrécia Ferrara referiu-se à região como sendo

conhecida e veiculada em periódicos, livros e pesquisas como uma região da Grande São Paulo que se caracteriza pela homogeneidade da pobreza, da falta de recursos e de qualquer possibilidade de subsistência urbana, o perfil que identifica o que conhecemos como periferia.<sup>10</sup>

A própria autora, na obra referida, dedica-se a desfazer tais estereótipos, os quais, sugere Ferrara, não resistem a um exame cuidadoso, revelador de contradições e porosidades.

É nesse contexto que nasce o embrião do centro de memória efêmero para o qual iremos olhar. Um distante embrião, é verdade. Em 1975, a primeira-dama da cidade de São Paulo, Mathilde de Azevedo Setúbal – esposa de Olavo Setúbal, prefeito indicado pelo governador Paulo Egydio Martins – criou o Corpo Municipal de Voluntários (CMV), projeto integrador e inovador de voluntariado que tinha um recorte territorial: ela voltou sua ação social, que veio a congregar mais de 400 mulheres, às áreas mais pobres da zona leste de São Paulo.

Seu trabalho foi precocemente interrompido em 1977, em razão de sua morte precoce. Décadas depois, em 2005, uma fundação que leva seu nome foi criada por uma das filhas, Neca Setúbal, que passou a dirigi-las, tendo no membro de seu conselho alguns irmãos. Parte da história da Fundação Tide Setúbal (FTS) é contada no livro de memórias de Neca publicado em 2024, intitulado *Minha escolha pela ação social: sobre legados, territórios e democracia*. No livro, autobiográfico e analítico, a autora reconhece e busca elaborar as contradições envolvidas em seu trabalho com educação e cultura e sua condição de integrante de uma família multimilionária, proprietária do Banco Itaú.

A fundação por ela criada instalou-se em São Miguel Paulista como uma forma de honrar e de certa forma dar continuidade ao legado de Tide, já que foi lá que ela centrou sua atuação nos anos 1970. Voltada às chamadas políticas de desenvolvimento local, altamente controversas e criticadas por uma miríade de razões, a fundação teve outros propósitos. Em seu escrito memorialista, Neca Setubal afirma que a dimensão da história do bairro esteve presente desde os primórdios da fundação, desde a elaboração de seus preceitos. “Começamos olhando para a história do bairro”<sup>11</sup>, ela escreve, para em seguida nomear alguns marcos da história de São Miguel Paulista: a construção da capela de São Miguel Arcanjo, em 1560; a construção de uma segunda capela que substituiu a primeira, em 1622;

<sup>10</sup> Ferrara, Lucrécia D’Aléssio. *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp, 1993.

<sup>11</sup> Setubal, Neca. *Minha escolha pela ação social: sobre legados, territórios e democracia*. São Paulo: Tinta da China, 2024.

bem mais tarde, em 1935, a inauguração da Nitro Química; a agitação cultural dos anos 1970, sobretudo em torno do Movimento Popular de Arte.

Neca descreve as várias ações da Fundação Tide Setúbal – e remete também ao CPDOC São Miguel, que não ocupa mais de um parágrafo de seu livro. Vale a pena, portanto, transcrever:

O CDC também acolheu o Centro de Pesquisa e Documentação de São Miguel (CPDOC), que nasceu do projeto São Miguel Paulista e Brasileiro, desenvolvido pela Fundação entre 2006 e 2007 para formar jovens pesquisadores sociais. Eles reuniram registros da memória oral dos moradores sobre a história do bairro, além de fotos e vídeos. O CPDOC abrigou esse acervo e passou a oferecer formação em memória audiovisual e videodocumentário, ensinando os jovens a registrar e divulgar histórias do bairro. A partir de 2008, o CPDOC passou a ser coordenado por Mauro Bonfim. Em 2009, ganhou menção honrosa no prêmio Milton Santos, da Câmara Municipal, por contribuir para a ampliação dos direitos territoriais e culturais dos cidadãos de São Miguel. Mais tarde, o acervo seria doado ao Centro de Memória Urbana (CMUrb) do Instituto das Cidades da USP Leste.

12

Ela se refere, justamente, ao “centro de memória efêmero” que recopilamos aqui. De fato, a formação do CPDOC foi acidental – e se deu a partir da percepção da força do projeto mencionado por Setubal, o “São Miguel Paulista e Brasileiro”, que ofereceu a cerca de 60 jovens do bairro atividades de formação que permitiriam a estes se apropriarem da história e do patrimônio da comunidade: oficinas de história oral, escrita criativa, rádio, fotografia, gravação em vídeo, entre outras. O projeto resultou em uma bem editada publicação: o almanaque *Um olhar sobre São Miguel Paulista: Manifestações culturais, ontem e hoje*<sup>13</sup>, que em suas 64 páginas destrincha alguns dos momentos históricos centrais para o bairro, seus costumes, personagens e lugares.

Os fios abertos pelo projeto – na interlocução bem-sucedida com moradores do bairro e também com outras instituições locais – provocaram a criação do CPDOC São Miguel Paulista, que, nas palavras de seu coordenador, “nasceu para aprofundar o entendimento e a compreensão da importância do bairro no desenvolvimento da cidade de São Paulo”<sup>14</sup>. A ênfase do CPDOC São Miguel esteve na coleta e organização de documentos, mas também na produção de testemunhos, por meio do método da história oral. Destaca-se, entre os testemunhos produzidos, uma série de entrevistas que reconhece outra importante iniciativa ligada ao território, e que interseccionou cultura como produção cultural e cultura como

<sup>12</sup> Setubal, Neca. *Minha escolha pela ação social: sobre legados, territórios e democracia*. São Paulo: Tinta da China, 2024.

<sup>13</sup> Bonfim, Mauro. (coord.). *Almanaque, um olhar sobre São Miguel. Manifestações culturais, ontem e hoje*. São Paulo: Fundação Tide Setúbal, 2008.

<sup>14</sup> Bonfim, Mauro. Centro de Pesquisa e Documentação São Miguel Paulista (CPDOC): Projeto Observatório de Memória Audiovisual. In: Magalhães, Valéria Barbosa de; Santhiago, Ricardo (org.) *Memória e diálogo: Escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral*. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2011. p. 83-89.



memória: a coleção de entrevistas com artistas do Movimento Popular de Arte, o MPA. Particularmente, Sacha Arcanjo.

Em seu relato sobre o projeto, Bonfim menciona, de qualquer modo, a indissociabilidade entre esses dois focos da atuação do CPDOC; e, ao fazer isso, demonstra também a inescapabilidade da participação popular ativa na construção bem-sucedida de um centro de documentação. Ele se refere à enorme dificuldade envolvida no trabalho com o acervo fotográfico compilado, em termos tanto da atribuição de autoria como de identificação das pessoas e lugares retratados. E conta:

A forma encontrada para realizar essa tarefa foi a realização de oficinas de fotografia e memória abertas à comunidade. Desta forma, as imagens passaram por um processo de reconhecimento a partir dos dados fornecidos pelos moradores mais antigos do bairro, o que favoreceu a ressignificação da história do mesmo.<sup>15</sup>

É a um produto e um processo altamente sintonizados, portanto, com o que hoje concebemos como história pública que Bonfim se refere. De fato, o CPDOC São Miguel atuou na geração de um conjunto de produtos sociais. Encerrou sua atuação entre 2011 e 2012, deixando de ser uma dimensão prioritária na agenda da Fundação Tide Setúbal. Legou o acervo que constituiu e o arquivo resultante de suas próprias atividades, incorporados nos anos 2020 ao acervo do Centro de Memória Urbana da Universidade Federal de São Paulo (CMUrb). No entanto, o legado mais importante do projeto provavelmente tenha sido a formação de uma cultura de memória. Em primeiro lugar, na priorização da formação de pesquisadores sociais estudiosos do próprio território de que são oriundos. Em segundo lugar, na expansão desse princípio para a comunidade mais ampla, que seguiu envolvendo-se em ações de memória quando conclamada. É o que aconteceu em meio à pesquisa relatada a seguir.

### **3- Território é memória**

Os caminhos para se investigar situações de formas não institucionais de memória, se deu a partir da investigação e aprofundamento do debate em torno dos impactos sociais da pandemia da Covid-19 através da história oral, sobre a população idosa de moradores da Zona Leste da cidade de São Paulo, região assinalada por uma longa história de desigualdades urbanas.

Durante o ano de 2022 foram realizadas, transcritas e autorizadas entrevistas com vinte e cinco idosos/as residentes da região, com a finalidade de compreender como não só

---

<sup>15</sup> Idem

o vírus, mas os discursos sobre a pandemia e as ações governamentais e públicas afetaram o seu cotidiano e as relações familiares. A pesquisa realizou-se no âmbito do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo, Campus Zona Leste, que privilegia o contato próximo com as comunidades do entorno e a compreensão da pesquisa como uma experiência participativa. O acervo das entrevistas está alocado no Centro de Memória Urbana (CMUrb), que inclui um Ateliê de História Oral. O Ateliê é uma das ações desenvolvidas pelo CMUrb responsável pela reunião, organização, preservação, disponibilização pública e difusão de conjuntos documentais dos mais variados gêneros e proveniências, constituindo acervos e problematizando suas múltiplas significações sociais, culturais, ideológicas, políticas.

Os contatos foram feitos a partir da técnica bola de neve ou de rede de entrevistados, “na qual participantes da pesquisa indicam outros possíveis participantes, ampliando o escopo dos entrevistados, de acordo com o princípio da “rede”, frequente nos estudos de história oral”<sup>16</sup>. A rede de entrevistadas e entrevistados foi construída a partir do contato com Deusivânia Gomes da Silva (Vânia), moradora do bairro Jardim Lapenna desde 2000, agente de saúde na UBS desde 2014 e assistente de programas e projetos na Fundação Tide Setúbal.

Vânia nos apresentou o bairro, e também o grupo de moradoras intitulado “Guardiãs do Território”, criado desde o início da pandemia. Em abril de 2020, algumas mulheres decidiram unir esforços para minimizar os efeitos da pandemia do coronavírus sobre seus mais de 15.000 vizinhos e fizeram um mapeamento do território, entregando cestas básicas e vale-alimentação doados pela Fundação. Durante uma caminhada de apresentação e reconhecimento do bairro, Vânia nos conta emocionada sobre o caráter plural do grupo e o modo como o estilo de cada uma completa e fortalece o de outra integrante, por mais diferentes que elas sejam, destacando o trabalho das guardiãs como poder de mobilização das integrantes, em que cada rua do bairro tem uma guardiã porque ela saberá quem está mais necessitada naquele território. Por fim, Vânia enfatiza a necessidade de fortalecer a rede entre as mulheres, e destaca que a proximidade e o reconhecimento de uma mulher com a outra que faz esse grupo se manter em atividade plena no processo de troca com a comunidade.

O grupo é formado por mais de 100 mulheres que realizam o trabalho voluntário, sendo que 20 delas exercem a função de coordenar a ação de outras. Elas são donas de casa, trabalhadoras autônomas, empreendedoras ou desempregadas. O grupo foi organizado

---

<sup>16</sup> MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola;1998.



no Galpão ZL, equipamento cultural social e espaço de referência do bairro que concentra uma série de atividades, voltadas para educação, saúde, cultura e empreendedorismo, gerido pela “Sociedade Amigos Jardim Lapenna” em conjunto com a Fundação Tide Setúbal.

No início da pandemia da Covid-19, cada mulher ficava responsável por uma área da comunidade. Posteriormente, cada uma ficou encarregada da rua em que morava e de fazer chegar as milhares de doações para os moradores. No primeiro ano de pandemia, foram entregues mais de 10.000 máscaras e frascos de álcool, além de arrecadarem camas e colchões, que as guardiãs direcionaram aos moradores enfermos ou em situação mais vulnerável. Atualmente o grupo segue com as ações e mobilizações comunitárias no bairro, como o combate à violência doméstica e ao feminicídio, cujos indicadores cresceram durante a pandemia, e o encaminhar moradores para os serviços públicos que precisam em determinado momento.

Foram realizadas entrevistas com moradores do bairro e também com as mulheres que fazem parte do Grupo “Guardiãs do Território”. As entrevistas trouxeram construções a partir de temas como: as mudanças das relações laborais, de saúde, lazer e de afetos, entre outros desafios no cotidiano desses sujeitos no território, além de potencializar o debate público ao promover processos de escuta em situações de vulnerabilidade social, uma vez que as questões de classe, gênero e raça atravessam suas vidas e evidenciam a desigualdade. As pessoas entrevistadas têm vida ativa na comunidade, principalmente em orientações à população, atuando em movimentos sociais como a Marcha das Margaridas; o Movimento Popular de Saúde da Zona Leste de São Paulo; o Movimento pela abertura e consolidação das universidades públicas na Zona Leste de São Paulo e o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.

Entre os entrevistados, mobilizaremos as narrativas de cinco colaboradores da pesquisa: são vozes importantes em meio às experiências e à memória coletiva de idosos e moradoras do espaço Jardim Lapenna na Zona Leste de São Paulo.

Uma das primeiras entrevistadas para a pesquisa foi Sonia Maria Aparecida de Souza, nascida em 5 de maio de 1955. Seus pais vieram da Bahia, a mãe trabalhava como doméstica e o pai, que ela descreve como semianalfabeto, trabalhava no Banco Itaú. O casal teve cinco filhos e a infância de Sonia e dos irmãos não foi fácil, mas ela ressalta que foram criados para serem sempre pessoas honestas: “Não nasci em berço de ouro, mas tenho orgulho da minha família, da minha origem”.

Sobre o bairro, ela diz que “o Lapenna, aqui é minha vida. Eu amo esse lugar”. Ela relembra que, quando chegou com a família, moravam na rua do mercadão, numa casa com dois cômodos. Sua memória então retorna para a geografia do bairro nas décadas passadas:

lembra que o Rio Tietê passava próximo<sup>17</sup>, da falta de luz, dos poços onde buscavam água, de aguardar o trem para poder chegar no centro de São Paulo. Ela lembra com tristeza que muitos perderam a vida ao tentar atravessar os trilhos para cumprir suas funções do dia-dia: a má sinalização ou a urgência fazia com que as pessoas se arriscassem, o que por vezes tinha um trágico destino.

Esse lugar que eu vivo, aqui é minha vida. Eu amo esse lugar, porque quando eu... eu cheguei até aqui, nós morávamos na rua do mercadão, numa casa de dois cômodos. Um tio meu, ele matava carneiro aqui. Naquele tempo era... era assim, era um Rio Tietê aqui e aqui do outro lado nem luz tinha, não tinha água, não tinha um lugar da gente passar direitinho, tinha um buraco ali onde é a estação agora, tinha uma vielinha e nós atravessávamos por ali. Nós... tinha vez que nós ia atravessar e nós tinha que aguardar lá, porque ali na... na... no [Lapena], quando desce pra rua do galpão ali, descendo aquela passarela, tinha um sinal. Quando ia descer, a gente já ouvia o barulho que baixava um... uma madeirinha, que chamava uma cancelinha. E aí a gente ficava sabendo que a gente não podia atravessar aqui. E o que que acontecia? A gente aguardava o trem passar, que era o cargueiro, demorava um tempão, porque aqui... naquele tempo o cargueiro passava aqui, né? Quantas pessoas perderam a vida, perderam porque fazer o que? Ou nós íamos atravessar por baixo do cargueiro ou nós perdia o nosso dia de serviço. E quer dizer, aí nós fomo acompanhando, assim, que pedia... por... eu, por exemplo, eu imaginava: meu Deus, quando será que vai chegar o progresso aqui? Porque era lampião, nós passava com aquele ferro que colocava o carvão e soprava<sup>18</sup>.

A memória de Sonia ajuda a pensar nas mudanças pelas quais o bairro passou nas últimas décadas. Ela, em seu depoimento, diz que sempre pensava: “meu Deus, quando será que vai chegar o progresso aqui?”. Lembra ainda que na infância o tio matava carneiro e ela limpava a buchada para vender. Recordar-se também de fazer sabão. Seu depoimento é saudoso. Ela rememora detalhes do bairro, do cotidiano, da família. Mesmo quando ressalta dificuldades, suas memórias parecem sempre entremeadas de alegria, como quando “as crianças iam pegar água na torneira e acabavam fazendo uma farra, tomando banho de roupa mesmo, fazendo vários momentos de uma grande bagunça!”.

O segundo entrevistado é João de Deus do Nascimento, nascido no Piauí, na região do Parque Nacional da Capivara. Descendente de índio, como ele ressalta, mudou em 1968 para Brasília onde cursou a Escola Especialista da Aeronáutica, morou em alguns estados e cidades, até que em 1973 mudou para a região da Zona Leste de São Paulo, no Jardim Lapenna. Em sua narrativa, João de Deus se mobilizou em torno de aspectos de sua experiência compartilhada como educador popular. Trata-se de tecer um conhecimento coletivo “a partir de um trabalho, que recria, de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito ao território e do poder de pensarem,

<sup>17</sup> Anos depois o rio foi desviado e não é mais tão próximo do bairro.

<sup>18</sup> Entrevista de Sonia Maria Aparecida de Souza, concedida a Livia Morais Garcia Lima em maio de 2022.

produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias”<sup>19</sup>. A apreensão desse conhecimento coletivo possibilita, assim, que sujeitos populares se engajem na reescrita da História.

João segue seu depoimento destacando que a espécie humana depende muito uns dos outros e que na pandemia esse pensamento de interdependência fortaleceu seus pensamentos e que todos tivemos de parar e refletir, que “ou nós vamos valorizar a Terra, a nossa moradia, nosso patrimônio maior, ou então mais pandemias virão”.

João de Deus nos mostra a possibilidade de recuperar trajetórias pessoais, desvendar as condições socioeconômicas e culturais que explicam diferentes respostas às crises e, ainda, criar espaço para reflexão e ação, ampliando possibilidades de encontros temporais, espaciais e coletivos que nos exigem repensar as formas decoloniais e descolonizadas de produção e divulgação de saberes.

Eu trabalho com o movimento popular da saúde aqui da Zona Leste e tem muita gente besta ainda, eu chamo de besta não querendo ofender as besta, mas... porque eu acho que não tem classificação. Tem gente que chega na unidade... eu vou muito na unidade básica. É... tem muita gente que chega querendo escolher a vacina, a gente já sabe diretamente quem é que copiou, esse discurso vem de onde, né? Olha, essa vacina, será que não é aquela que vira jacaré? É... e vê muitas pessoa que re... retruca, isso foi interessante, fala: “oh, cara, pra mim todas vacina, elas são iguais, são iguais. Então pra... olha, a que tiver eu vou tomar”, tá bom, mas cê vê muita pessoa escolhendo ainda. Ah, eu quero a Pfizer, eu quero a Pfizer. Ou seja, então deu também pra gente ver nesse movimento a-a tendência... a tendência do olhar das pessoas é... da falta de valor, da falta dos valores nosso. Nós somos um país da vacina, cara. De tradição da vacina!<sup>20</sup>.

A vivência em uma sociedade do medo, como narrada por João de Deus, que afirma que o maior desafio que tivemos foi superar a intolerância humana durante a pandemia, rememora que no seu trabalho no “Movimento Popular de Saúde da Zona Leste de São Paulo”, muita gente chegava ao posto de saúde querendo escolher vacina, mas frisa que esse comportamento é recente, uma vez que o Brasil é um país com tradição em se vacinar. Ao final, o entrevistado lembra da frase do hoje ex-presidente, Jair Bolsonaro, sobre virar jacaré quem tomasse vacina e finaliza destacando a importância do Sistema Único de Saúde - SUS, como patrimônio do Jardim Lapenna e do nosso país.

A fala de João, que exerce ainda hoje um papel social importante em sua comunidade, denuncia a devastação provocada pela negligência, a ruptura da vida ordinária e seu peso sobre todos/as os/as envolvidos com as questões relativas à saúde, ao trabalho, à militância e à hesitação vacinal. Bosi, já em seu trabalho pioneiro com memória social, nos lembra que

<sup>19</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação como cultura*. Campinas: Mercado de Letras, 2007

<sup>20</sup> Entrevista de João de Deus do Nascimento, concedida a Livia Morais Garcia Lima em abril de 2022.

a memória dos idosos é responsável por mediar as experiências da geração atual e aquelas vividas no passado; através dessas memórias temos a possibilidade de outros regimes de verdade, de outras maneiras de conhecimento e reconhecimento de subjetividades silenciadas<sup>21</sup>.

A terceira entrevistada é Maria da Glória Oliveira, nasceu em 1945 na Bahia e mudou-se para São Paulo, bairro de São Miguel Paulista, no ano de 1952. Veio com a mãe e as irmãs, já que o pai havia se mudado para São Paulo anteriormente para trabalhar em uma metalúrgica. Com o emprego, ele foi remetendo dinheiro para a mãe de Dona Glória (forma com que os moradores do bairro chamam a entrevistada) até que fosse possível trazer toda a família, estratégia recorrente em processos migratórios familiares. Das lembranças da viagem até São Paulo estão a chegada em um dia frio, numa viagem feita em um caminhão do tipo pau-de-arara. Da vida no bairro ela se lembra dos vários empregos como faxineira, cobradora, tecelã, até o último, de cozinheira, na “Associação de Moradores do Jardim Lapenna”.

Aí, minha filha do céu, chegamos, aí quando descemos em São Miguel, aí descemos todo mundo com sua sacola, seu saco (risos) igual aquela música de um cantor nordestino que ele canta e fala que no tempo de Luiz Gonzaga que fala... a sacola... o... como que é...a mala era um saco e o cadeado era um nó. Falando sobre a... a vida do nordestino, aí eu me vejo nessa história, nessa música. Aí... eu e minha família... chegamos em São Miguel, aqui no Jardim Lapenna, descemos, ensinaram pra nós que nós tínhamos que atravessar essa linha e fica lá na estação, não fica na plataforma, mas na estação que era lá fora, já, sabe? Chegamos aqui em cinquenta e dois, em cinquenta e três, minha mãe pôs nós na escola aqui no bairro. E minha mãe é... inscreveu todos nós lá, até hoje eu lembro do nome do meu professor. Aí meus pais faleceram logo depois e eu tô aqui e morando nesse bairro até agora, aqui<sup>22</sup>.

Dona Glória se declara católica e orienta e ensina dogmas da Igreja para a população do bairro. Ministra da eucaristia, chegou inclusive a celebrar missas na falta de um padre. Em suas recordações, lembra a construção da igreja, da qual foi figura ativa, papel reconhecido na comunidade local, que inclusive lhe deu placa de pioneira. O período de isolamento social durante a pandemia foi também um momento de aprendizado: os filhos ensinaram Dona Glória a usar o Whatsapp (que ela chama carinhosamente de “zap”) e diz mandar mensagens para as amigas e família. A entrevistada, que demonstra uma fé inabalável e uma positividade forte, consegue ainda extrair algo bom da experiência que foi o isolamento social da Covid-19:

<sup>21</sup> BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>22</sup> Entrevista de Maria da Glória Oliveira, concedida a Livia Morais Garcia Lima em junho de 2022.

Essa doença fez com que todo mundo se reunisse e fez uma coisa que... com as pessoas, conversar com os olhos, porque ninguém olhava no olho, no outro, tá entendendo? Agora não. Eu tô conversando com você, cê tá de máscara, cê pode sorrir, não tô vendo os teus lábios, mas tô vendo teus olhos que tá sorrindo junto com os teus lábios, entendeu? É... a gente aprendeu muito com essa parte. Fez as pessoas parar e olhar mais no outro, que ninguém mais se olhava, sabe? é uma distância muito grande do ser humano, com eles mesmo, com o próximo. Essa doença veio pra unir mais, fez com que o... fez com que o rico abaixasse a bola e com que o pobre deixasse de ser orgulhoso.<sup>23</sup>

Outra entrevistada para a pesquisa foi Dialela Francisca de Souza, nascida em 03 de Julho de 1951. Em sua narrativa se define como militante e feminista, e conta sobre ter conhecido o movimento social “União das Mulheres” na Zona Leste de São Paulo, as militantes Amelinha Teles e Criméia e sobre sua ida para a “Marcha Mundial das Mulheres” em Brasília em 2019. Recorda que nos últimos tempos em função da saúde debilitada pela idade, passou a ficar mais tempo em casa e com o isolamento social durante a pandemia esse momento foi prolongado. Recorda também que foi impossibilitada de não poder ter saído na rua gritando “Fora, Bolsonaro!”, que para ela é como uma catarse, e que faz parte da luta de todas mulheres que são vítimas do machismo.

Nós paramos tudo! A militância, todo mundo parou!... Aí as UBS, muita gente adoeceu, muitos trabalhadores adoeceram, muitos morreram. Foi muito triste... Aqui no hospital em São Miguel, que a gente conhece todo mundo, morreu médico, morreu enfermeira, morreu pessoal da limpeza, morreu muita gente! A gente passou a não ir nas UBS, não ia pra canto nenhum, mas chegava até a gente, né? Nós paramos tudo, tudo que cê possa imaginar! Até hoje pra gente ir no hospital... No hospital mesmo, a gente nem tá indo, né, nas UBS já tamo retomando, mas no hospital não, porque até que o hospital ficou mais pro Covid, entendeu? Então, a gente se isolou, mas parou tudo, muito difícil!... Eu acho que isso tem que ser escrito, isso tem que ser escrito na História.<sup>24</sup>

A fala de Diadela, que exerce ainda hoje um papel social no Jardim Lapenna, denuncia a devastação provocada pela negligência, a ruptura da vida ordinária e seu peso sobre todos/as os/as envolvidos com as questões relativas à saúde, ao trabalho e à militância durante a pandemia da Covid-19. Sua narrativa rompe com o silenciamento e estigma e também trata de duas dimensões que afetaram em especial as mulheres negras e idosas: a solidão e a violência de gênero, que foram ampliadas e silenciadas no contexto de isolamento pandêmico.

---

<sup>23</sup> Entrevista de Maria da Glória Oliveira, concedida a Livia Morais Garcia Lima em junho de 2022.

<sup>24</sup> Entrevista de Dialela Francisca de Souza, concedida a Livia Morais Garcia Lima em julho de 2022.

Porque a questão da violência na pandemia aumentou muito, violência de todos...de tudo! Violência contra a mulher, criança, adolescente, idosos. Aqui no bairro sabemos de muitas histórias! E assim, as pessoas ficaram muito trancadas em casa, não procuravam ajuda...Outras até que se oferece ajuda, elas não querem! Tem umas coisas meia maluca: não querem não é porque não querem. Elas não conseguem, não conseguem sair, né? Não conseguem sair da violência! Então, essas coisas dói [sic] muito pra gente, porque ela nos procura; quando a gente vai ajudar, elas estão com medo. Diz que não foi, não é isso...Tá morrendo muitas mulheres, né, por conta desse medo! É medo de duas coisas: medo, vergonha que a vizinhança perceba, e medo do marido, né? E isso atrapalha muito! A gente...Tem gente militante mesmo que sofre violência doméstica e quando sai...É gente nossa, conhecida, quando sai, sai com roxo no pescoço, né, tipo assim.<sup>25</sup>

A outra entrevistada para a pesquisa foi Fermina Silva Lopes, mulher negra com idade de 70 anos, nascida na Bahia. Fermina inicia sua narrativa dizendo em alto e bom som: “Sou Fermina Silva Lopes, participo do Movimento Popular de Saúde da Zona Leste, sou ativista da Marcha Mundial das Mulheres, sou doula e sou conselheira de saúde aqui no Jardim Lapenna. Que mais?” Com seus gestos e atenções, nos apresenta suas desilusões e esperanças, suas invisibilidades e exclusões, mas também a força e as resistências plurais de ontem e do tempo presente, que afetam as mulheres que sofrem a violência de gênero.

E aí nós fomos criando essa história da marcha...De repente foi criada a Marcha Mundial e engrossou!...Essas mulheres puxando e engrossou com mulheres do Brasil inteiro! E quando mataram a Margarida Alves, né, então as mulheres camponesas, elas foram umas guerreiras e virou um formigueiro de mulheres, porque a gente tem a música, né?...Quem não pode com...quem não pode com a formiga, não ataca o formigueiro...[...]Foi lindo, foi lindo! E de lá pra cá, só temos a fortalecer, nós vamos perdendo muita coisa da política, mas a gente tem a história que nos fortalece,né? As mulheres que se fortalecem juntas! Por isso ajudo muito as mulheres aqui do bairro.<sup>26</sup>

Fermina tem vida ativa na comunidade do Jardim Lapenna em suas orientações à população como conselheira de saúde do bairro, e também atuando na Marcha Mundial das Mulheres, chamando a atenção para uma questão fundamental, a violência contra as mulheres, muitas vezes isoladas dentro de casa com maridos abusivos.

Entreí na marcha assim, como a gente já conhecia a SOFE e hoje é... hoje é... Sempre Viva Organização Feminista, porque foi mudando um pouco, parou de fazer atendimento médico, a gente parou porque tinha que ampliar pras UBS, não era a entidade que tinha que cuidar, a gente foi chegando na conclusão que as UBS tinha que assumir o seu papel no SUS e a SOFE ficava no papel de dar orientação pras mulheres, pra gente, né, cursos, muitas coisas boas a gente aprendeu, né? E aí a gente foi ficando na SOFE durante

<sup>25</sup> Entrevista de Dialela Francisca de Souza, concedida a Livia Morais Garcia Lima em julho de 2022.

<sup>26</sup> Entrevista de Fermina Silva Lopes, concedida a Livia Morais Garcia Lima em setembro de 2022.



muito tempo, fazia as reuniões... a gente dividia por região, né, e até que a gente foi criando o Movimento de Mulheres no bairro do Jardim Lapenna e na Zona Leste foi criada uma bem grande, né, que é de todas as mulheres da Zona Leste, a gente foi trabalhando nessa questão da violência, porque o que mais tinha, não, o que mais tem até hoje, né, a questão da violência contra a mulher dentro de casa! E a gente... eu acho que dois mil e dez, eu acho que foi, a gente criou uma... uma outra coisa diferente, a gente queria caminhar em favor das mulheres. Começou em Campinas a Marcha das Mulheres, para São Paulo. As mulheres caminharam de Campinas para São Paulo, pela Anhanguera, pela assim... foi muito interessante e forte! E hoje, eu tenho o quê, acho que nove anos que eu me aposentei, porque depois que eu estudei eu continuei trabalhando na costura, mas também fui militar. Fui ser militante da saúde e militante política também. A gente não pode parar e até hoje sou conselheira da saúde aqui no bairro, tem muitas demanda pra gente brigar, né, pra melhoria. Hoje tem água, luz e telefone em muitos lugares por conta da nossa luta, né?<sup>27</sup>

A partir dos procedimentos da história oral, o tempo presente é o ponto de partida para a constituição das subjetividades dessas mulheres, na tentativa de ampliar suas vozes neste momento em que as feridas são tocadas. As entrevistas fizeram parte do diálogo coletivo, da necessidade de contar a história de forma participativa, a partir do contexto da pandemia da Covid-19. Para Rovai, cada pessoa que se dispõe a falar de suas dores neste momento, “torna pública uma história que também é nossa, contando o que permanecia invisível e silenciado, publicizando experiências para reconhecê-las como parte de um passado e de um presente coletivo”<sup>28</sup>. Assim, a história oral traz práticas dialógicas de compartilhamento e produção do conhecimento: produção colaborativa pretendida por pesquisadores atentos às dimensões públicas dos saberes históricos.

#### 4- A título de conclusão

Neste artigo, buscamos evidenciar como as práticas participativas de memória interligam-se de maneira profunda com os princípios gerais da história pública. O caso do CPDOC São Miguel, criado no bairro de São Miguel Paulista, mostra como o trabalho com memória é ativado e gera outras possibilidades de ativação – no presente e no futuro. Ele é instrutivo para evidenciar que o discurso por vezes grandiloquente sobre as possibilidades do ambiente digital como espaço, por excelência, da participação, é apenas um discurso: o trabalho de memória participativo não depende de ferramentas digitais. Ele acontece por

---

<sup>27</sup> Entrevista de Fermina Silva Lopes, concedida a Livia Morais Garcia Lima em setembro de 2022.

<sup>28</sup> ROVAI, Marta. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. 5, núm. 10, pp. 108-132, 2013.

meio de processos perfeitamente analógicos. Sua palavra de ordem é, antes de mais nada, o envolvimento.

A partir do mesmo território de atuação do CPDOC São Miguel, o projeto com as Guardiãs do Território também se afina à história pública na construção mediada de memórias, em busca da construção de entendimentos e práticas cidadãs. A história oral e a memória mostram-se, assim, no âmbito da história pública, oportunidades e instrumentos para uma ação social altamente enraizada nas experiências históricas.

Recebido em 23 de setembro de 2024  
Aceito em 18 de novembro de 2024